

## **A POPULAÇÃO INDÍGENA NA HISTORIOGRAFIA DE MATO GROSSO DO SUL: O CASO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFMS, CAMPUS DE DOURADOS<sup>1</sup>**

*Diogo da Silva Roiz*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo foi demonstrar a organização do Programa de Pós-Graduação em História da UFMS de Dourados (atual UFGD), com ênfase na análise das dissertações sobre as comunidades indígenas, no período de 1999 a 2004. Analisa-se ainda o perfil social dos alunos do programa e como as questões indígenas estavam sendo debatidas no curso.

**PALAVRAS CHAVE:** Historiografia indígena. Mato Grosso do Sul. Mestrado em História UFMS.

**ABSTRACT:** The objective of this article was to demonstrate the organization of the program of MSc in History by the UFMS of Dourados (current UFGD), with emphasis in the analysis of the dissertations about the native peoples communities, in the period

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual do Mato Grosso. Este trabalho é o resultado da pesquisa: "O índio na historiografia de Mato Grosso do Sul: o caso do Programa de Pós-Graduação em História da UFMS, campus de Dourados (1999-2004)", que foi desenvolvida entre 2005 e 2007, e contou com duas bolsas do Pibic/CNPq, às quais desde já sou grato, e em que participaram os alunos André Dione Fonseca e Marcilene Nascimento de Farias, com um trabalho exemplar de coleta e análise das fontes. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VIII Encontro Regional de História da Anpuh, na seção de Mato Grosso do Sul, realizado entre 24 e 27 de outubro de 2006, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Desde já gostaríamos de agradecer aos comentários e críticas do Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, do Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, do Prof. Dr. Osvaldo Zorzato, do Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, do Prof. Dr. Jérri Roberto Marin, da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benícia Couto de Oliveira, do Prof. Dr. Levi Marques Pereira, do Prof. Dr. João Carlos de Souza e do Prof. Dr. Jonas Rafael dos Santos. Evidentemente, a responsabilidade pelas (ainda) eventuais fragilidades do texto é do autor.

of 1999 to 2004. The social profile of the pupils of the program is analyzed, and as the native peoples questions were debated in the course.

**KEYWORDS:** Native People Historiography. M. Grosso do Sul. MSc in History UFMS.

## Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar a organização do Programa de Pós-Graduação em História, nível de mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Dourados (CPDO), atual Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com ênfase na análise das dissertações sobre as “comunidades indígenas”, no período de 1999 a 2004. Analisa-se ainda, o perfil social dos alunos do programa, e como as questões indígenas estavam sendo debatidas no curso de pós-graduação, ao longo dos seis primeiros anos de existência do programa, nesta universidade.

Nesse sentido, as principais fontes compulsadas nesta pesquisa são: as dissertações de mestrado defendidas no programa neste período, que tiveram como tema de estudo a história indígena; e a documentação armazenada no arquivo da UFGD, sobre o Programa de Pós-graduação em História (em que consta lista de matrícula de alunos, versões do projeto do curso de mestrado e ementas das disciplinas). Para empreender esta análise, a obra de Michel de Certeau contribuiu para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, por que a escrita da história é entendida, por ele, a partir das relações que se estabelecem entre um *lugar* social (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura).<sup>2</sup> Nesta perspectiva, a operação historiográfica, “se

---

<sup>2</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66-119.

refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* 'científicas' e de uma *escrita*".<sup>3</sup>

A escolha deste período para análise se justifica por que: a) em 1999 houve a criação do programa e a matrícula da primeira turma de alunos; b) e em 2004 ocorreu a renovação de parte do corpo docente da linha de pesquisa em *História Indígena*, que havia elaborado o projeto do curso de mestrado e orientou as primeiras dissertações nesta linha.<sup>4</sup> A importância deste estudo está, não apenas em evidenciar a produção do único programa de mestrado em História no estado de Mato Grosso do Sul,<sup>5</sup> mas também no de evidenciar como se deu a escrita de uma história indígena em seu programa.

Esse tipo de pesquisa se justifica ainda por que numerosos estudos, nas últimas décadas, têm procurado circunstanciar o desenvolvimento de programas de pós-graduação em História e em Ciências Sociais, nos níveis de mestrado e doutorado, cuja legislação específica remonta a década de 1970.<sup>6</sup> O propósito destes trabalhos

---

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. Op. cit., 2002, p. 66.

<sup>4</sup> Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

<sup>5</sup> De acordo com os dados da CAPES, para o ano base de 2006, havia 42 programas de pós-graduação em História em funcionamento no país, dos quais, 19 somente com o nível de mestrado, 22 com mestrado e doutorado e 1 mestrado profissionalizante. Ao se observar a distribuição de programas, entre as regiões do país, se constata o seguinte: na região Centro-Oeste havia 4 (2 com mestrado e 2 com mestrado/doutorado); na região Nordeste 8 (6 com M e 2 com M/D); na região Norte 2 com mestrado; na região Sudeste 20 (6 com M, 13 com M/D e 1 mestrado profissionalizante) e na região Sul 8 (3 com M e 5 com M/D). Para o caso da região Centro-Oeste, dos 4 programas de pós-graduação: 1 com mestrado e doutorado está localizado no Distrito Federal (na UNB); 1 com mestrado e doutorado no Estado de Goiás (na UFG), 1 com mestrado no Estado de Mato Grosso (na UFMT) e 1 com mestrado no Estado de Mato Grosso do Sul (na UFGD). Disponível em: <http://ged.capes.gov.br/pesquisa.coleta.html>. Acesso em 25 set. 2007.

<sup>6</sup> Para maiores detalhes ver: MESGRAVIS, Laima, O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 5, 1983, p. 87-118; MESGRAVIS, Laima, A produção histórica sobre São Paulo de 1960 a 1995. *Revista Estudos de História*, Franca, v. 4,

está em escrever uma possível história do ensino superior e dos estudos pós-graduados no Brasil, destacando-se: linhas de pesquisa, fontes e métodos utilizados, campos e abordagens adotadas. Com o objetivo ainda de avançar sobre os estudos pioneiros de José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglésias, Sérgio Miceli, Carlos Guilherme Mota, Simon Schwartzman e Astor Antônio Diehl,<sup>7</sup> esses estudos, preocupam-se, preferencialmente, com a análise dos últimos três decênios – enquanto aqueles estudos pioneiros se detinham em analisar, fundamentalmente, o

---

n. 2, 1997, pp. 93-108; LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese de doutorado em Ciência Política, FFLCH/USP, São Paulo, 1999; FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*. *Elementos para uma avaliação historiográfica*, Ouro Preto, Ed. Ufop, 1992, 2v; ARRUDA, José J. A.; TENGARRINHA, José M.; *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*, Bauru: Edusc, 1999; JANOTTI, Maria L. M.; D'ALÉSSIO, Marcia M., A Esfera do Político na Produção dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 123-148; FICO, Carlos, Teses e dissertações de história defendidas em 1995. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 167-176; BEIRED, José L. B., A pesquisa de História da América: sua trajetória nas universidades paulistas (1942-2004). *Revista de História*, FFLCH/USP, n. 153, 2005. p. 35-52; MARTINS, C. B. (Org.), *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.

<sup>7</sup> RODRIGUES, José H. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor, 1965; RODRIGUES, José H., *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969; LAPA, José R. A., *Historiografia brasileira contemporânea*. A história em questão. Petrópolis: Vozes, 1981; IGLÉSIAS, Francisco, *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1987; IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira*. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998, 4v; DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira*. Década de 1930 aos anos 1970, Passo Fundo, Ediupf, 1999, 4v; MOTA, Carlos G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 2000; MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*: São Paulo: Companhia das Letras, 2001; MICELI, Sérgio, *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989, 2v; MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Sumaré: Fapesp, 1995, 2v; SCHARTIZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979; SCHARTIZMAN, Simon. *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

período da Independência (1822) e da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, até o período entre as décadas de 1930 e 1970, quando ocorreria a criação das primeiras universidades no país. No entanto, embora esses trabalhos mais recentes tenham avançado consideravelmente, limitam-se, quase sempre, tal como aqueles trabalhos pioneiros, ao estudo da região Sudeste, recorrendo-se de modo corriqueiro a generalizações do processo para as outras regiões do país. Ainda que a região Sudeste (principalmente entre São Paulo e Rio de Janeiro), de fato, concentre até hoje mais de 65% das pesquisas de mestrado e doutorado produzidas nesses campos do saber, não se apresenta como irrelevante, busca-se reconstituir o processo de modo mais detalhado também para as outras regiões. Para tanto, o estudo da história dos programas de pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado, daquelas regiões, apresenta-se bastante promissor, uma vez que possibilita estudos comparativos com a região Sudeste, indicando-se semelhanças e diferenças quanto às sutilezas do processo.

### **As ‘Comunidades Indígenas’ no Estado de Mato Grosso do Sul**

Durante muitas décadas, o estudo das “comunidades indígenas” foi um tema pouco pesquisado pela historiografia brasileira. John Monteiro indica que isso ocorreu porque durante muito tempo houve a cristalização de certas imagens sobre o(s) “índio(s)” em nossa historiografia. De um lado, a “ausência quase total de fontes textuais e iconográficas produzidas por escritores e artistas índios por si só impõe uma séria restrição aos historiadores”, de outro, “o isolamento dos índios no pensamento brasileiro”, já anunciado pelos escritores coloniais, adensou-se no século XIX, principalmente, a partir da leitura efetuada pelo Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, “que escreveu a primeira *História Geral do Brasil* a partir de uma ampla e pioneira investigação em documentos do período colonial”, indicando que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Ver anexo.

Com isso, de acordo com Monteiro, houve o direcionamento de um olhar pessimista para esses povos, por se observar que além de não terem história, também não teriam futuro, já que estariam em processo de desaparecimento.

Ao lado desta interpretação, que por muito tempo foi hegemônica, deixando a ocupação deste tema para a antropologia, com a justificativa de que os historiadores não tinham o domínio adequado para estudar àqueles povos ágrafos, surgia uma 'nova história indígena', que se beneficiou com a historiografia, "que desde o século XIX enfocou o índio Tupi como matriz da nacionalidade". Para ele:

Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena, que encontrava apoio em largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente se desmaterializava.<sup>9</sup>

Assim, com os esforços de antropólogos, mas também de historiadores, arqueólogos e linguistas, têm-se avançado consideravelmente, nos últimos decênios, com a produção de uma "nova história indígena".<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> MONTEIRO, John, Op. cit., 2001, p. 5.

<sup>10</sup> IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004; WOORTMANN, Klaas, *O selvagem e o Novo Mundo. Ameríndios, humanismo e escatologia*. Brasília: Ed. Unb, 2004; O'MALLEY, John W., *Os primeiros jesuítas*. Bauru/SP: Edusc, 2004; NOVAES, Adalto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; LUCA, Tânia R. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Edunesp, 1999; BITTENCOURT, L. B. Os índios e a América: as teses que construíram a idéia sobre o índio. *Revista Estudos de História*. Unesp/Franca, v. 10, n. 1, 2003, p. 29-48.

Com a promulgação da constituição de 1988,<sup>11</sup> as questões indígenas voltaram com fôlego,<sup>12</sup> ao lado de uma historiografia “renovada” (que têm desenvolvido uma série de pressupostos teórico-metodológicos que possibilitaram a apreensão dos índios enquanto ‘sujeitos históricos’), ainda mais se considerarmos o aumento da população ‘autodeclarada’ indígena, no espaço urbano e rural do território brasileiro, que foi identificada nos censos demográficos de 1991 e de 2000.

De acordo com os dados demográficos dos censos do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), dos 12,0% de indígenas que moravam nas capitais do país em 1991, houve em 2000 um salto para 18,1%, o que representou um crescimento de 50,5% em uma década, muito embora, tais dados devam ser vistos com cautela. De acordo com o próprio IBGE, a melhor explicação para esse crescimento da quantidade de pessoas, de um censo para outro, seja por haver maior ‘auto-identificação’ como indígenas, e não meramente por um simples aumento no número de índios no território brasileiro<sup>13</sup>. Quanto a esse aspecto, enquanto em 1991, a população ‘autodeclarada’ indígena

---

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>12</sup> Para Renata Giroto, em sua dissertação de mestrado (que será analisada nas próximas seções): “Disseminou-se então um amplo movimento indígena, organizado para se contrapor às políticas adotadas pelos órgãos indigenistas oficiais e para defender a formulação de novos conceitos que permeassem e intermediassem as relações entre o Estado e os índios. Da ação desse movimento resultou uma série de conquistas constitucionais em 1988, o que assegurou, no plano jurídico, o direito à diferença, à alteridade e à autonomia. Para garantir na prática as conquistas legais, o movimento indígena ampliou-se, ramificou-se e articulou-se em redes com outros movimentos no período pós-Constituição, a fim de reivindicar seus direitos sobre várias questões – saúde, educação, terra, língua, tradições, cultura – na sua relação com a totalidade da vida social”. Ver anexo.

<sup>13</sup> Para um melhor delineamento desta questão ver: *Tendências Demográficas – Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. IBGE, v.16. Para uma discussão histórica deste tema ver: OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, 1997 (Dossiê Sociedades Indígenas).

perfazia um total de 294.131 indivíduos, em 2000, contava-se 734.127. Do mesmo modo, no perímetro urbano de 71.026 em 1991, passou-se para 383.298 habitantes, enquanto no rural de 223.105, passou-se para 350.829.

Houve também crescimento proporcional da população 'autodeclarada' indígena, quando se compara as regiões do país. A região Norte manteve a maior concentração populacional 'autodeclarada' indígena do país: de 124.615 (42,4%) em 1991, para 213.443 (29,1%) em 2000. Em seguida vinha à região Nordeste, com 55.853 (19,0%) em 1991 e 170.389 (23,2%) em 2000, depois a região Sudeste, com 30.589 (10,4%) em 1991 e 161.189 (22,0%) em 2000. A região Centro-Oeste embora tivesse 52.740 (17,9%) em 1991, obteve o menor crescimento, chegando em 2000 com o percentual de 14,2% do total, na sua população 'autodeclarada' indígena de 104.360 – indo de terceiro para quarto lugar (de acordo com o anexo 2).

Quando nos voltamos para a concentração populacional "autodeclarada" indígena no perímetro urbano, entre as regiões do país, o maior agrupamento está na região Sudeste, com 25.110 (35,4%) em 1991 e 140.644 (36,7%) em 2000, em seguida está a região Nordeste, com 15.988 (22,5%) em 1991 e 105.728 (27,6%) em 2000. Na zona rural, manteve-se a maior concentração na região Norte, com 112.655 (50,5%) em 1991 e 167.140 (47,6%) em 2000, vindo, logo em seguida, a região Centro-Oeste, com 44.940 (20,1%) em 1991 e 65.985 (18,8%) em 2000<sup>14</sup> (de acordo com o anexo 2). Mesmo se considerarmos o desgaste do solo, empobrecimento das populações indígenas no setor rural, conflitos internos, aumento da população do setor urbano e o entusiasmo pela possibilidade de uma vida melhor nas cidades para explicarmos esses dados, não teríamos como aprofundar esta questão, de modo a observarmos cada um desses fatores entre as diferentes regiões e estados do país.

Já quando passamos a analisar tais números, de estado

---

<sup>14</sup> Mesmo considerando as pequenas alterações numéricas do censo para a zona rural, na parte específica, de acordo com o anexo número 2, não há mudança entre a concentração da população indígena entre as regiões.



para estado, segundo estimativas de 1998, a maior concentração populacional “autodeclarada” indígena está no Amazonas com 78.701, logo em seguida, no Mato Grosso do Sul com 38.392, e depois em Mato Grosso com 18.186.<sup>15</sup> Não cabe aqui discutir as razões que levaram as “comunidades indígenas”, com o passar do tempo, a se concentrarem naquelas regiões e Estados, coisa que muitos autores já vêm fazendo.<sup>16</sup> O importante, desde já, é o fato de o estado de Mato Grosso do Sul possuir a segunda maior concentração populacional ‘autodeclarada’ indígena do país. Da qual está distribuída, principalmente, entre as seguintes etnias: Terena,<sup>17</sup> Guarani-Kaiowá<sup>18</sup> e Kaiowá<sup>19</sup> (de acordo com o anexo 3).

<sup>15</sup> Cf. *Anuário Estatístico do Brasil* de 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999 v.58, p.1-143-1-152.

<sup>16</sup> Ver, entre outros: RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2003; MATTOS, Isabel Missaglia de, *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: Edusc, 2004; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 2002; VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; MONTEIRO, John, *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2002.

<sup>17</sup> Os Terena são um grupo indígena brasileiro que pertencem ao subgrupo dos guanás. Além de viverem principalmente no estado de Mato Grosso do Sul foram durante muito tempo “agricultores”, mas em função de sua maior adaptabilidade, em relação a outras etnias, desde os anos 1980 estes têm procurado cada vez mais as cidades, como demonstram algumas pesquisas do programa em análise.

<sup>18</sup> Os Kaiowá (ou Caiouás) têm sua raiz no desdobramento de um dos povos guaranis, aos quais também são denominados: Caiwás, Caiuás, Cainwás, Kaiwás, etc. no Brasil e na Argentina. Pelas suas características linguísticas e culturais se localizariam no subgrupo amplo dos guaranis. Mantendo menor contato com o ‘homem branco’ desde o período da colonização, esta etnia se concentraria mais no campo, do que nas cidades. No Brasil, a maior concentração populacional se encontra no Mato Grosso do Sul.

<sup>19</sup> Editorial. *Fronteiras, Revista de História*. Campo Grande/MS/UFMS, v. 4/5, n. 7/9, 2000/2001, p. 05.

Muito embora, apenas por esses dados, já se justificarem pesquisas sistemáticas, estudando a história, a cultura e a movimentação dessa população indígena, no estado de Mato Grosso do Sul, foi apenas com a criação do Programa de pós-graduação em História, em 1999, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados (da atual UFGD) que, de fato, passou a existir uma maior preocupação com o estudo deste tema. No Editorial de 2001 da *Fronteiras*, a revista de História do programa, o conselho editorial já constatava essa questão:

Desde as décadas de 1980 e 1990, a produção historiográfica em Mato Grosso do Sul vem crescendo qualitativa e quantitativamente ano após ano. Essa situação resulta de um conjunto de fatores, dentre os quais está o próprio amadurecimento dos historiadores [alguns formados no programa de mestrado em História da UFMS, de Dourados] que atuam no Estado, cuja produção científica atesta a preocupação de melhor compreender a dinâmica das relações sociais registradas no espaço geográfico sul-mato-grossense. Nesse contexto, uma das tendências mais visíveis de nossa historiografia é a *história indígena*, entendida como a história dos povos indígenas em termos de continuidade e longa duração. Não por menos: temos aqui a segunda maior população indígena do país e muito pouco sabemos sobre ela<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> A exemplo dos trabalhos de: Jorge Eremites de Oliveira, *Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal*, Porto Alegre, 2002 (Doutorado em História), PUCRS/Porto Alegre; Jorge Eremites de Oliveira, *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-RS, Porto Alegre, 1995; José Luis dos Santos Peixoto, *Ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense*. 2003, Doutorado em História, PUC-RS, Porto Alegre, 2003; José Luis dos Santos Peixoto, *A Ocupação Tupiguarani na Borda Oeste do Pantanal Sul-matogrossense: maciço do Urucum*. 1995, Mestrado em História, PUC-RS, Porto Alegre; Levi Marques Pereira, *Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno*. Doutorado em Ciência Social, USP/São Paulo, São Paulo, 2004; Osvaldo Zorzato, *Civilizadores de Índios: Os agentes do sertão na historiografia*

Até então, os estudos são esparsos, a maioria dos quais foram produzidos pelos próprios professores do programa de pós-graduação,<sup>21</sup> que passariam a orientar os trabalhos defendidos no programa.

### **O Programa de Pós-Graduação em História da UFMS**

Enquanto que em muitos Estados, o sistema universitário está completando pouco mais de 80 anos, dado que as primeiras universidades foram criadas a partir da década de 1920, por ser ainda um Estado muito 'novo' (visto que sua autonomia política data de 1977), em Mato Grosso do Sul, as universidades são também muito recentes, tendo pouco mais de 30 anos, as mais antigas.<sup>22</sup>

De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiroz:

a rede dos [...] cursos universitários de História [...] foi praticamente definida entre o final dos anos 60 e o início dos 70 – quando surgem e se consolidam cursos de licenciatura Plena em Corumbá (1968), em Três Lagoas (1970), em Campo Grande, na antiga Faculdade Dom Aquino (1971), em Dourados (1973) e em Aquidauana, ainda nos anos 70 [...] esses cinco permaneceriam os únicos cursos

---

de Mato Grosso, *Fronteiras Revista de História da UFMS*. Campo Grande/Ms, v. 2, n. 4, 1998, pp. 171-201; Cláudio Alves Vasconcelos, *A questão indígena na província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade*. Doutorado em História Social, USP/São Paulo, São Paulo, 1995.

<sup>21</sup> GOMES, Ângela de Castro, A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLF, Dulce C.; ALBERT, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC. pp. 384-437; ROIZ, Diogo da Silva, *A institucionalização do ensino universitário de História na FFCL/USP entre 1934 e 1956*. Dissertação de Mestrado em História, Unesp/Franca, 2004; ZORZATO, Osvaldo, *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, Doutorado em História, FFLCH/USP, 1998; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. História, ontem e hoje, *Fronteiras. Revista de História*, UFMS, Campo Grande, v. 7, n. 13, 2003, p. 141-151.

<sup>22</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *Op. cit.* 2003, p. 143-4.

universitários de História em nosso Estado até [...] 2001, quando a UFMS criou dois novos cursos, sendo um em Campo Grande e o outro em Coxim [...] em 2002 [...] começou a funcionar também um curso de História em Ponta Porã [na *Faculdade Magsul*, e outro nas *Faculdades Integradas de Cassilândia*; e em 2003 foi criado um curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (a UEMS), na cidade de Amambai].<sup>23</sup>

Para ele é “notável que, desde o início, a pesquisa universitária tendeu a orientar-se para temas regionais”, com os quais se mantiveram nos cursos de especialização *latu sensu*, oferecidos na UFMS e na Universidade Católica Dom Bosco (a UCDB), a partir do final da década de 1980. No entanto, diz ele, a pesquisa histórica no estado de Mato Grosso do Sul passou a agrupar um número mais significativo, e qualitativo, de trabalhos, com a criação do Programa de Mestrado em História na UFMS, em 1999, e o mestrado em Desenvolvimento Local na UCDB.

O Programa de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Dourados, foi homologado pelo CNE – Conselho Nacional de Educação (Portaria Nº. 2.878/2005 MEC) e nasceu com a seguinte proposta:

Capacitar professores para o exercício do Magistério Superior (graduação e pós-graduação); ampliar as perspectivas de desenvolvimento do conhecimento histórico fornecendo aos profissionais de História e de outras áreas afins (Ciências Humanas e Sociais) reflexões fundamentais e criativas capazes de contribuir para a inserção mais ativa e consciente de cada um em seu meio social.<sup>24</sup>

O programa tinha como área de concentração *História, Região e Identidade* e foi dividido em três linhas de pesquisa: a)

---

<sup>23</sup> Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

<sup>24</sup> Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

*História, Poder e Instituições*; b) *Região, Identidades e Representações*; c) e, *História Indígena*. Com esta estruturação de área e linhas de pesquisa, o recém-formado Programa de Mestrado buscava identificar de início quais os principais temas pesquisados nos cursos de graduação e de especialização em História da UFMS (de Dourados, Aquidauana e Campo Grande), de modo a melhor localizar temas, objetos e problemas a serem pesquisados pelo programa (e que de um certo modo constituiriam a sua identidade). Com isso:

Ao partir dessas temáticas (em geral vinculadas à experiência histórica vivida pela região em que se situa a UFMS) busca[va]-se eliminar quaisquer possíveis vieses estreitos ou provincianos para permitir, ao contrário, a formulação de conceitos e modelos capazes de contribuir para o avanço do conhecimento histórico em âmbito nacional e internacional<sup>25</sup>.

Para a linha de pesquisa de *História Indígena*, objeto de nossa análise, caberia o “estudo das populações indígenas pré, durante e pós-contato com as sociedades européias e ibero-americanas, enfatizando, dentro da ótica da diversidade e dinâmica culturais, as diferentes historicidades em termos espaços-temporais”.<sup>26</sup> De acordo com Cláudio Alves de Vasconcelos, havia quatro eixos de pesquisa que poderiam ser identificados na linha de pesquisa em *História Indígena*:

1 – As questões ecológicas e culturais pertinentes às relações entre sociedades indígenas e seus respectivos habitats, sobretudo os processos relacionados à dinâmica de ocupação e uso dos recursos naturais de um determinado espaço geográfico, quer no âmbito do modo tradicional, quer no contexto das transformações ocorridas a

---

<sup>25</sup> Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFMS.

<sup>26</sup> VASCONCELOS, Cláudio Alves de. História, região e identidades: a pós-graduação em História no Mato Grosso do Sul. *Fronteiras. Revista de História*, UFMS. Campo Grande, v. 7, n. 13, 2003, p. 158.

partir do contato com as sociedades não-indígenas;

2 – Os processos de conquista e colonização, no âmbito do espaço regional, que culminaram com a extinção de muitos grupos étnicos, transculturações, deslocamentos territoriais, reterritorializações e assimilações por parte das sociedades envolvidas e seus antecedentes europeus;

3 – A situação indígena contemporânea e sua relação com as sociedades não-indígenas, isto é, a atual realidade histórico-cultural e sócio-econômica dos povos indígenas no contexto da expansão das sociedades industriais ibero-americanas;

4 – A problemática da forma como as sociedades indígenas são retratadas pela historiografia brasileira e suas repercussões na formação do pensamento histórico regional.<sup>27</sup>

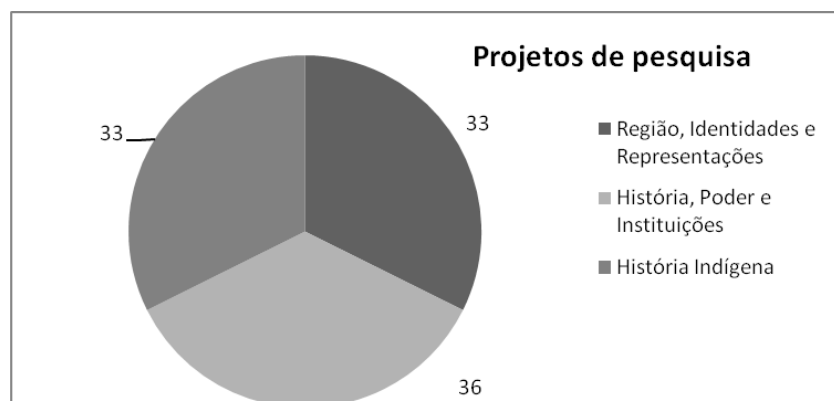
Por outro lado, cabe notar que, entre 1999 e 2004, o Programa desenvolveu 102 projetos de pesquisa vinculados às três linhas de pesquisa.<sup>28</sup> Desse total, 32,3% (33) dos projetos estavam ligados à linha *Região, Identidades e Representações*, 35,3% (36) à linha *História, Poder e Instituições* e 32,4% (33) à linha de *História Indígena*, como se pode observar a partir do GRAF. 1.

---

<sup>27</sup> Desse total, 2 projetos aparecem como desativados. Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

<sup>28</sup> Nessa computação que chega ao resultado de 102 projetos consideramos apenas os novos projetos que foram sendo apresentados, ou criados, a cada ano. Portanto, deve-se ressaltar que o número decrescente, se dá devido à quantidade de projetos que se estenderam por mais de um ano. Assim, se somarmos o total de projetos considerando os novos e os que vinham em andamento dos anos anteriores, podemos observar que o volume cresce. Temos em 1999 um total de 27 projetos que estão em andamento, em 2000 são 43, em 2001 são 47, em 2002 são 47, em 2003 são 56 e em 2004 são 57 projetos. Na linha de História Indígena que começa com 10 projetos chega em 2004 com 17 em andamento. Ver: Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS. Linhas de pesquisa In: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso: em 12 jul. 2006.

GRÁFICO 1 : Distribuição de Projetos de pesquisa, segundo as linhas entre 1999 e 2004.



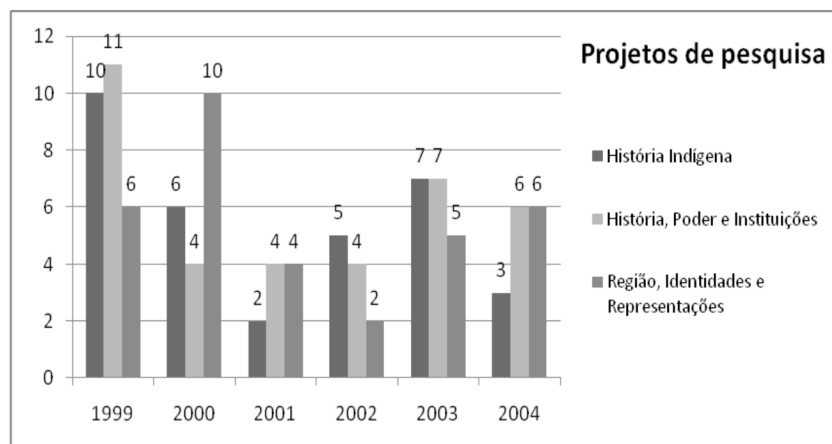
Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/ UFGD.

Ao realizarmos uma análise anual, com base no GRAF. 2, verificou-se um maior número de projetos de pesquisa nas linhas de *História Indígena* e de *História, Poder e Instituições* em 1999. No segundo ano de funcionamento do Programa houve um aumento no número de projetos da linha de *Região, Identidades e Representações*. Em 2001, a linha de *História Indígena* ficou atrás das demais, com 2 (20%) dos 10 projetos desenvolvidos. No ano de 2002, *História Indígena* teve o maior número de projetos, com 5 (45%), do total de 11. Em 2003, as linhas de *História Indígena* e *História, Poder e Instituições* tiveram o mesmo número de projetos, com 7 (37%) cada, e *Região, Identidades e Representações* com 5 (26%), dos 19 projetos. No ano de 2004, dos 15 projetos apresentados, 3 (20%) eram em *História indígena*, 6 (40%) em *História, Poder e Instituições* e 6 (40%) em *Região, Identidades e Representações*.<sup>29</sup> Percebe-se,

<sup>29</sup> Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) In: Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS, Teses e Dissertações. In: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Disponível em: www.

a partir desses dados, que apesar das oscilações anuais no total de projetos de cada linha de pesquisa, houve uma proximidade nos percentuais e na distribuição dos projetos de cada uma.

GRÁFICO 2 : Distribuição dos projetos de pesquisa, segundo ano de encaminhamento entre 1999 e 2004.



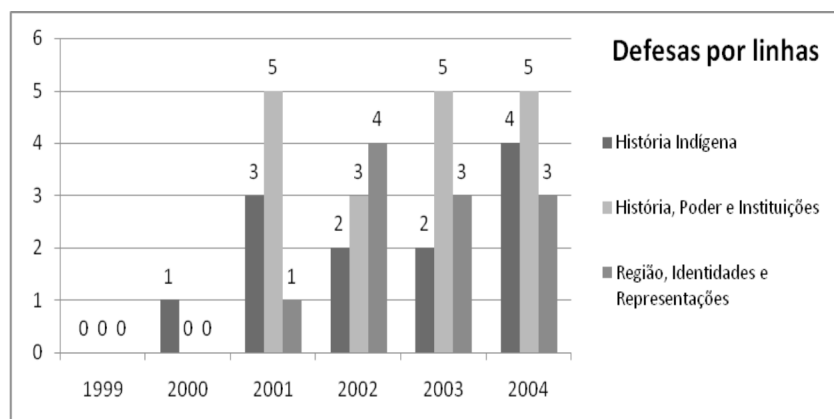
Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

Ao observarmos o total de dissertações defendidas nos seis primeiros anos de funcionamento do Programa, com base no GRAF. 3, percebeu-se um crescimento das defesas vinculadas à linha de *História Indígena*. Nesse período foram defendidas, segundo os relatórios enviados à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (a CAPES),<sup>4</sup> 41 dissertações. Desse total, 12 (29%) eram em *História Indígena*, 11 (27%) em *Região, Identidades e Representações* e 18 (44%) em *História, Poder e Instituições* (uma dissertação foi defendida após o envio do relatório).

capes.gov.br. Acesso em 12 jul. 2006.



GRÁFICO 3: Distribuição das defesas de dissertações, segundo as linhas de pesquisa, entre os anos de 1999 e 2004.



Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

Por outro lado, ao se verificar nos relatórios enviados a Capes<sup>30</sup> as disciplinas ofertadas, verificou-se que o número de disciplinas que buscavam atender aos pesquisadores da linha de *História Indígena* também cresceu. Em 1999, das 15 disciplinas oferecidas,<sup>31</sup> duas eram na temática indígena: *História e Cultura dos Índios no Brasil e Índios: história e historiografia*, se mantendo

<sup>30</sup> Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD. Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS, Disciplinas-oferta no ano base. In: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em 12 jul. 2006.

<sup>31</sup> Estudos Militares: Política e Sociedade, Exército e Sociedade no Brasil Republicano, Historiografia Brasileira, Identidade e Imaginário Coletivo, Instituição e Poder, Língua, Cultura e Sociedade, Mato Grosso do Sul: História e Historiografia, Memorialismo e Autobiografia, Metodologias da História, O Catolicismo na Formação do Pensamento Brasileiro, Seminário e Dissertações, Tópicos Especiais. Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

assim até 2002.<sup>32</sup> Neste ano, as disciplinas: *Etnoistória*, *Etnologia*, *Arqueologia*, *História do Brasil*, *História da Educação* e *Historiografia* passaram a ser oferecidas de forma independente, e não mais agrupadas na disciplina *Tópicos Especiais*; voltava-se, com isso, ao total de 15 disciplinas. Nessa nova configuração, cinco disciplinas estavam voltadas às questões da pesquisa e da história indígena. Três delas, no entanto, eram oferecidas na forma de tópicos: *Tópicos Especiais de Arqueologia*,<sup>33</sup> *Tópicos Especiais de Etnoistória*<sup>34</sup> e *Tópicos Especiais de Etnologia*.<sup>35</sup> Em 2003, o programa passa a ter 17 disciplinas, com outra ligada à historiografia indígena, chamada de *Arqueologia Indígena e Etnoistória*. Nesse sentido, o programa tinha 3 disciplinas em história indígena, e outras 3 oferecidas na forma de tópicos especiais, para subsidiar esta linha de pesquisa.

---

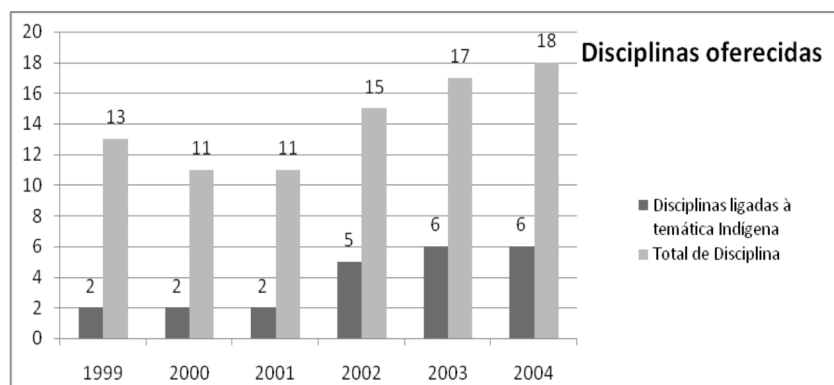
<sup>32</sup> Até o ano de 2002 a disciplina *Tópicos Especiais* aparece nos relatórios abrangendo as disciplinas de *Etnoistória*, *Etnologia*, *Arqueologia*, *História do Brasil*, *História da Educação* e *Historiografia*. Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

<sup>33</sup> Essa disciplina objetivava o estudo do “conceito, objeto de estudo, objetivos e desenvolvimento da arqueologia. Arqueologia, interdisciplinaridade e construção de uma história indígena contínua, total em termos espaço-temporais. Métodos e teorias para uma arqueologia indígena. Transcurso histórico e sócio-cultural das sociedades indígenas no território brasileiro. Arqueologia e ensino de história. Arqueologia e preservação do patrimônio cultural no Brasil”. Memória da Pós-Graduação: Disciplinas-oferta no ano base 2002. Ementa da disciplina *Tópicos Especiais de Arqueologia* in: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

<sup>34</sup> Essa disciplina focava-se no “conceito, objeto de estudo, objetivo e desenvolvimento da etnoistória, teorias antropológicas, interdisciplinaridade e *Etnoistória*. *Etnoistória e história indígena no Brasil e no Mato Grosso do Sul*”. Memória da Pós-Graduação: Disciplinas-oferta no ano base 2002. Ementa da disciplina *Tópicos Especiais de Etnoistória*. In: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

<sup>35</sup> O “conceito, objeto de estudo, objetivo e desenvolvimento da etnologia. Teorias antropológicas, *Etnologia*, interdisciplinaridade e *História Indígena*. Estudos etnológicos de sociedades indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul” foi o estudo proposto para essa disciplina. Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS, Disciplinas-oferta no ano base 2002. Ementa da disciplina *Tópicos Especiais de Etnologia*. In: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD.

GRÁFICO 4: Distribuição do percentual de disciplinas oferecidas entre 1999 e 2004, vinculadas à temática indígena:



Fonte: Memória da Pós-Graduação em História: arquivo do PPGH/UFGD. Memória da Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em História FUFMS. Disciplinas-oferta no ano base. In: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Acesso 12 jul. 2006.

Em 2004, a estrutura disciplinar do programa passa a ter 18 disciplinas, com o acréscimo de: *Tópicos Especiais de História Cultural*. Pode-se notar, deste modo, com base no GRAF. 4, o aumento no número de disciplinas nesta linha, demonstrando a preocupação do programa em dar maior suporte teórico-metodológico às pesquisas sobre as populações indígenas.

### Perfil social dos alunos do Programa de Pós-Graduação em História

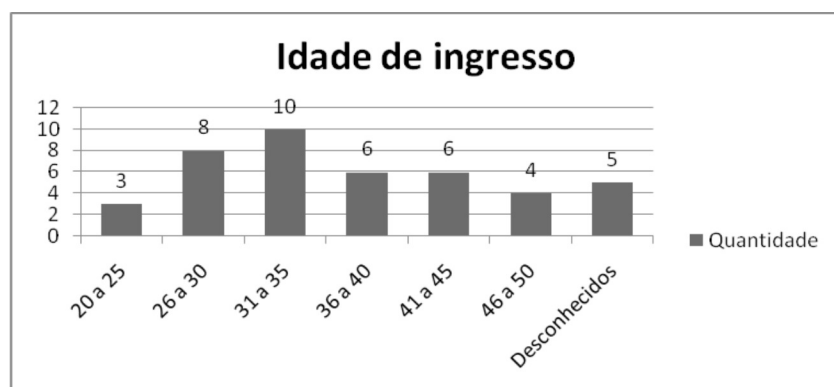
Foi justamente no interior deste 'lugar social' específico, tal como o define Michel de Certeau, que foi o Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na unidade de Dourados, que ingressaram os primeiros alunos do curso, formando neles uma prática de pesquisa também peculiar. Por isso, é importante nos questionarmos quem são os alunos que estão se

matriculando no programa e de onde vêm. O que torna imprescindível, mesmo que sucinta, uma análise do perfil social dos ingressantes e concluintes do programa, no período de 1999 a 2004. Desde já, cabe destacar que nesta análise não verificamos a evasão no programa, e só consideramos os dados dos alunos que ingressaram e defenderam suas dissertações no período estudado. Até o final de 2004 foram defendidas 42 dissertações de mestrado no programa.<sup>36</sup> A idade média dos ingressantes foi de 35 anos de idade, e de 37 anos nas defesas. De acordo com o gráfico 5, 8 (19%) possuíam entre 26 e 30 anos e 10 (24%) entre 31 e 35 anos de idade, quando ingressaram no programa. Embora não existam ainda trabalhos que permitam comparações com outros programas, a idade média do ingressante, durante o período em análise, foi relativamente alta, tal como veremos mais detalhadamente abaixo. No entanto, desde já, podemos indicar que a idade relativamente alta do ingressante se deve, pelo menos em parte, a criação do primeiro (e até agora único) Programa de Mestrado em História, apenas em 1999, na UFMS de Dourados.

---

<sup>36</sup> Cf. OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Dissertações de mestrado defendidas no programa de pós-graduação em História do Campus de Dourados da UFMS (2000-2004). *Fronteiras. Revista de História*, Campo Grande. v. 8, n. 15, 2004. p. 145-182.

GRÁFICO 5: Distribuição de alunos, segundo idade de ingresso no Programa de Pós-Graduação em História, nível de mestrado, da UFMS/Dourados, no período de 1999 a 2004.

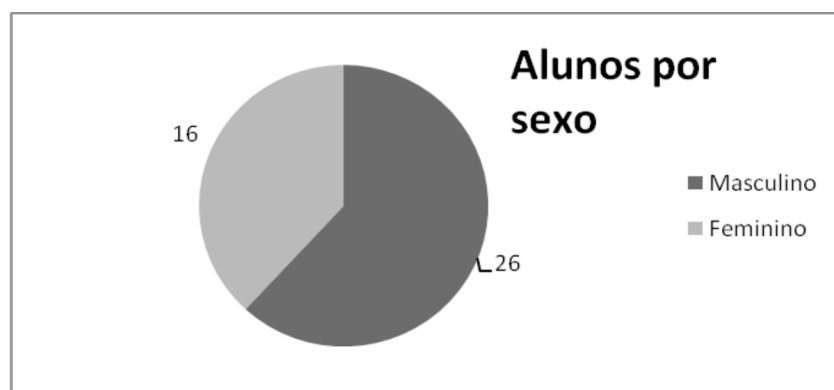


Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

De acordo com o gráfico 6, a distribuição dos alunos do programa, segundo o sexo, no período em análise, foi semelhante a que tem sido verificada em outros programas,<sup>37</sup> com 26 (62%) homens e 16 (38%) mulheres.

<sup>37</sup> MESGRAVIS, Laima, Op. Cit, 1983; LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão*, Petrópolis: Vozes, 1981; CAPELATO, Maria H. R.; FERLINI, Vera, GLEZER, Raquel. *A produção histórica no Brasil (1985-1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História*. São Paulo: Xamã, 1995, 3v.

GRÁFICO 6: Distribuição de alunos do programa, segundo o sexo.

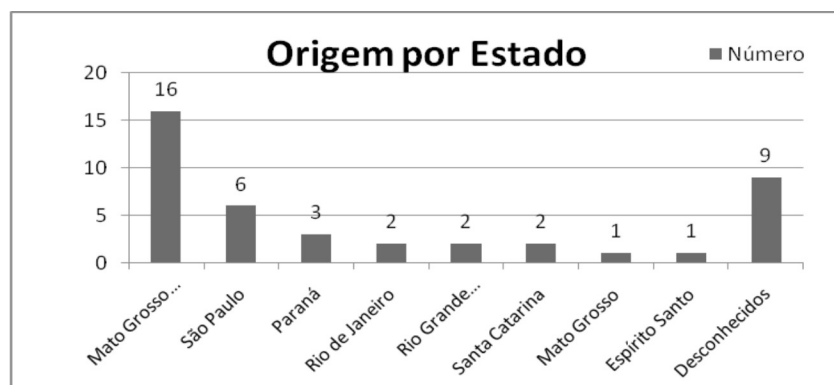


Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

A origem dos alunos ainda é um tema pouco investigado em outras pesquisas, o que dificulta comparações.<sup>38</sup> A partir do gráfico 7, depreende-se que 16 (38%) alunos são originários do Estado de Mato Grosso do Sul (3 de Dourados, 3 de Aquidauana, 2 de Campo Grande, 2 de Corumbá, 1 de Itaporã, 1 de Amambai, 1 de Ivinhema, 1 de Caarapó, 1 de Piroputanga e 1 de Três Lagoas). São originários de outros Estados 17 (40,3%) alunos (6 de São Paulo, 3 do Paraná, 2 do Rio de Janeiro, 2 do Rio Grande do Sul, 2 de Santa Catarina, 1 de Mato Grosso e 1 do Espírito Santo). Não conseguimos encontrar dados para 9 (21,7%) alunos, dos 42 que perfazem o período analisado (de acordo com anexo número 1).

<sup>38</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981. CAPELATO, Maria H. R., FERLINI, Vera, GLEZER, Raquel, *A produção histórica no Brasil (1985-1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História*. São Paulo: Xamã, 1995, 3v.

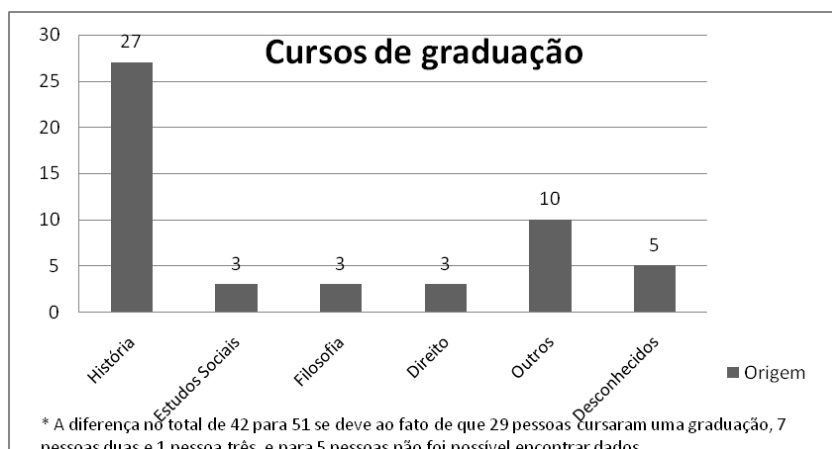
GRÁFICO 7: Distribuição de alunos do programa, segundo Estado de origem.



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

No que diz respeito ao curso de graduação que foi feito pelos alunos que frequentaram regularmente o programa de mestrado durante o período analisado, 29 fizeram uma graduação, 7 cursaram duas e 1 aluno fez três (de acordo com anexo número 1). Destes, de acordo com o GRAF. 8, 27 (52,6%) se graduaram em História, 3 (5,8%) em Estudos Sociais, 3 (5,8%) em Filosofia, 3 (5,8%) em Direito, 10 (20%) em outras áreas e para 5 (10%) alunos não encontramos dados. Dos alunos que fizeram o curso de graduação em História, 14 formaram-se na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (8 na unidade de Dourados e 6 na de Aquidauana), o que demonstra que um terço dos alunos que cursaram o programa de mestrado no período, formaram-se na própria universidade (de acordo com anexo número 1).

GRÁFICO 8 : Distribuição de alunos do programa, segundo o curso de graduação.



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

A maioria dos alunos fez o curso de graduação na década de 1990. Por meio do GRAF. 9, verificou-se que 15 (29,6%) se formaram entre 1990 e 1994 e 11 (21,5%) entre 1995 e 1999. Outros 9 (17,4%) fizeram o curso na década de 1970 e 11 (21,5%) na de 1980 (não conseguimos dados para 5 alunos).



GRÁFICO 9 : Distribuição de alunos do programa, segundo o período que cursou a graduação.



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

A maioria dos alunos fez cursos de especialização (*latu sensu*) antes de iniciarem o mestrado (*stritu sensu*). De acordo com o GRAF. 10, 24 (57%) fizeram e 11 (26%) não fizeram. Não conseguimos dados para 7 (17%) alunos.

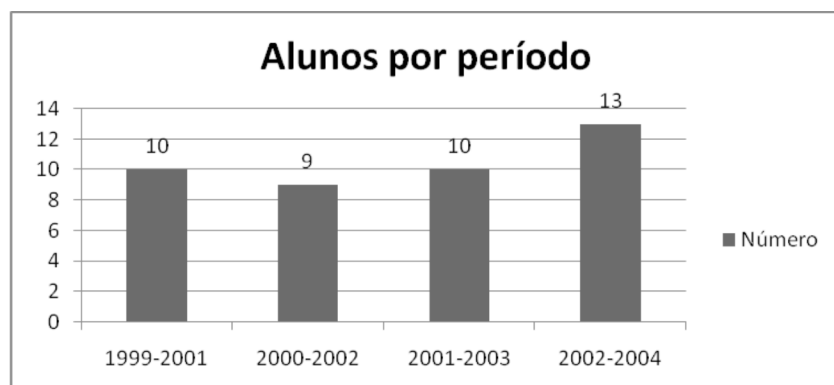
GRÁFICO 10 : Distribuição de alunos do programa, de acordo com aqueles que fizeram ou não especialização antes de ingressar no mestrado.



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFGD.

Os 42 alunos que concluíram o programa de mestrado, no período analisado, estavam subdivididos, entre as seguintes turmas: 10 (23,8) na de 1999-2001, 9 (21,4%) na de 2000-2002, 10 (23,8%) na de 2001-2003 e 13 (31%) na de 2002-2004, como indica o GRAF. 11.

GRÁFICO 11 : Distribuição de alunos do programa, segundo o período que cursaram o mestrado.



Fonte: Fichas de matrícula de alunos, armazenadas no arquivo do PPGH/UFMG.

A partir desta análise, portanto, verifica-se que a maioria dos alunos era originária do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que, dos que defenderam suas dissertações no período, a maioria era do sexo masculino. A idade de ingresso do aluno no programa de mestrado em História da UFMS de Dourados era alta (média de 35 anos), porque, além do programa ter sido criado somente em 1999 (quando a universidade já contava com mais de vinte anos de funcionamento de seus cursos de graduação, inclusive o de História), muitos de seus alunos fizeram o curso de graduação nas décadas de 1970 e 1980. E, outros, antes de iniciarem o mestrado fizeram cursos de especialização (*latu sensu*); ou ainda, se preocuparam com o ingresso num curso de mestrado, na medida em que almejavam lecionar no ensino superior.

### Uma historiografia indígena em construção

De modo que, os alunos que estiveram no programa de mestrado em História durante esse período representariam a consolidação dos estudos históricos produzidos no Estado de Mato Grosso do Sul,

segundo a interpretação de vários autores.<sup>39</sup> Por isso, teriam a oportunidade de aproveitar as contribuições de uma história 'memorialística' produzida no Estado por décadas, desde o final do século XIX, e, ainda, da historiografia profissional, que começou a ser desenvolvida a partir da década de 1970, quando houve a defesa das primeiras dissertações e teses, sobre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, e sobre as 'comunidades indígenas' do Estado.

Alguns autores situam assim o desenvolvimento da história e da historiografia de Mato Grosso do Sul: a) entre 1870 e 1970, como o período de escrita de uma história de cunho 'memorialístico', na qual sobrepunha à figura do 'grande homem', desbravador do sertão e das matas, e da ausência dos povos indígenas, principalmente, como 'sujeitos históricos'; b) entre 1970 e 1990, como o período de início de uma escrita da história mais profissionalizada, tendo em vista que foi o momento em que foram defendidas as primeiras teses e dissertações sobre o Estado, e em que se passava a reavaliar àquela historiografia de cunho 'memorialístico' e a se rever o papel das 'massas anônimas', em especial o das 'comunidades indígenas', que por décadas haviam sido excluídas, naqueles relatos; c) e o período atual, iniciado na década de 1990, no qual houve a criação dos primeiros cursos de especialização e dos primeiros programas de mestrado no Estado, no qual se passava a ensinar o ofício de historiador para as 'novas gerações' de pesquisadores, formados nas universidades, e que tinham à sua frente todo um 'imenso manancial' histórico a ser conhecido e estudado. A partir deste período, esses autores acreditam que haveria a oportunidade de se desenvolverem abordagens e procedimentos de investigação mais abrangentes, inclusive para se estudar a 'história indígena', de modo a se avançar sobre as investigações que tinham mais uma abrangência local e regional, e, assim, participar "[d]a formulação de conceitos e modelos capazes de contribuir para o avanço do conhecimento histórico em âmbito nacional e internacional", como

---

<sup>39</sup> Cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó, *Op. cit.*, 2003, p. 141-151; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Op. cit.*, 2003, p. 153-160; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, v. 2, n. 2, 2001, p. 115-124.

pensaram os pesquisadores responsáveis pela criação do Programa de Mestrado em História da UFMS.<sup>40</sup> Essa constatação nos impõe os seguintes questionamentos: a) qual a relação entre o 'perfil social' dos alunos e os trabalhos sobre a temática indígena desenvolvidos no programa?; b) como foi escrita a história dos 'povos indígenas' no Programa de Mestrado em História da UFMS?; c) e, por fim, atingiu-se o objetivo fundamental do programa, com aqueles trabalhos?

Assim, tal como Michel de Certeau indica que a localização do 'lugar social', das 'práticas de pesquisa' e da 'escrita', são etapas fundamentais e articuladas para a definição da 'operação historiográfica', do indivíduo, ou do grupo a que faz parte, vimos combinando esse procedimento para pensar as etapas que levaram a escrita de uma história indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, por meio das dissertações defendidas no Programa de Mestrado em História da UFMS, nos primeiros anos de seu funcionamento.

Para efetuarmos a análise daquela 'escrita da história', tivemos como amostra básica, as doze dissertações defendidas na linha de *História Indígena* no período analisado e outros três trabalhos, em função de abordarem a história indígena.<sup>41</sup> Portanto, das 42 disser-

---

<sup>40</sup> Cf. ZORZATO, Osvaldo. Op. cit, 1998; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Op. cit, 2003, p. 141-151; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. Op. cit, 2003, p. 153-160; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Op. cit, 2001, p. 115-124.

<sup>41</sup> Vale ressaltar, que outras dissertações ligadas à linha *História, Instituição e Poder*, acabaram tratando da temática indígena, como o trabalho de: Aroldo Careaga, Adilson Crepalde e Léia Teixeira Lacerda. Aroldo Careaga em sua dissertação *Salesianos e Bororo nos sertões mato-grossenses (1894-1910)*, sob orientação de Jérri Roberto Marin, fez um estudo sobre a presença dos missionários Salesianos no Mato Grosso, analisando as atividades pastorais, educacionais e, sobretudo, a atuação desses missionários na catequese indígena entre 1894 e 1910, momento em que a questão indígena foi marcada pelo debate acerca da necessidade de civilizar os sertões mato-grossenses, catequizando e incorporando os índios à nacionalidade. Adilson Crepalde, em *O rezador e a história*, orientada por Osvaldo Zorzato, que parte da figura de um líder religioso de grande expressão na comunidade, o rezador, para interpretar "o processo de historização dos Kaiowá do Mato Grosso do Sul [...] para compreender a perspectiva e as estratégias utilizadas por esse grupo étnico na resolução de seus problemas". Léia Teixeira Lacerda, em *A mulher Terena em tempos de AIDS: um estudo de caso da Aldeia Limão*

tações, defendidas no período, selecionamos 15 que se ocuparam diretamente da escrita de uma história indígena.<sup>42</sup> Nessa amostra, havia 9 homens e 6 mulheres (dos quais, 4 são originários de MS, 4 de SP, 2 do PR, 1 de MT, 1 de RS, e 3 não conseguimos os dados de sua origem), com idade de ingresso e término do curso semelhante a amostra geral.

De imediato, constatamos que apresentam uma grande variedade de enfoques, como: questões culturais, territoriais, educacionais e religiosas. Trabalharam com a questão territorial Carlos Alberto dos Santos Dutra, Giovani José da Silva e Vera Lúcia Ferreira Vargas.<sup>43</sup>

---

Verde, município de Aquidauana-MS, orientada por Nanci Leonzo, descreve como os comportamentos sexuais e privados são vivenciados historicamente pelo povo Terena, e, partindo dessa descrição, procura compreender as condições de saúde das mulheres Terena, em relação aos comportamentos sexuais de risco, no tocante ao contágio da AIDS, no período temporalmente demarcado entre 1980 e 2000. Em sua análise, a autora dá prioridade às representações simbólicas da doença na comunidade, e a forma pela qual essas representações têm sido percebidas no dia a dia das índias Terena.

<sup>42</sup> Em 2006, o programa contava com 59 dissertações defendidas, das quais 9 foram defendidas em 2005 e 8 em 2006. Destas 17 havia 6 em história indígena. Cf. SILVA, Eliazar João da. Dissertações de mestrado defendidas no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (2005-2006). *Fronteiras*, UFGD/Dourados, v. 9, n. 16, 2007, p. 111-127.

<sup>43</sup> Carlos Alberto dos Santos Dutra, em sua dissertação: *O Território Ofaié pelos caminhos da História: reencontro e trajetória de um povo* discute, a partir de Curt Nimuendajú (documentos das Linhas Telegráficas do Marechal Cândido Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios), o território pertencente ao povo indígena Ofaié, antigos habitantes dos campos e regiões encharcadas da bacia do rio Paraná. Segundo o autor: "Os territórios ocupados por esses indígenas e os registros de seu aparecimento e desaparecimento em diversos pontos do sul do antigo Estado de Mato Grosso, ao longo da margem direita do rio Paraná, desde a foz do rio Verde até a foz do Ivinhema, prolongando-se em direção Oeste rumo ao rio Negro e Taboco, ainda hoje são motivos de acaloradas discussões no campo acadêmico e jurídico. A pesquisa instiga o leitor a rever a história da ocupação do território sul-mato-grossense, lançando um novo olhar e novas perguntas sobre a tradicionalidade de diversas áreas indígenas que demonstram ter sido bem mais que simples áreas de migração de grupos isolados." Carlos Alberto dos Santos Dutra, *O Território Ofaié pelos caminhos da História: reencontro e trajetória de um*

Voltada para as crenças, usos e costumes religiosos dos Kaiowá foi a dissertação de Fábio Henrique Cardoso Leite.<sup>44</sup> Ainda sobre as cren-

---

povo, Dissertação (mestrado em História), UFMS/Dourados, 2004, p. 09. Giovani José da Silva, em *A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história* analisou a construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu do município de Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo central de sua pesquisa foi analisar: “a percepção e o entendimento de como os Kadiwéu, ao longo do século XX, elaboraram internamente a delimitação de um espaço físico para viverem e [...] quais as estratégias adotadas pelo grupo que lhes garantiram a sobrevivência física e cultural até os dias atuais. Nesta elaboração estão presentes importantes elementos na construção do território para os indígenas, tais como a memória social e a identidade étnica, analisadas em uma perspectiva histórica.” Giovani José da Silva, *A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história*, Dissertação (mestrado em História), UFMS/Dourados, 2004, p. 09. Já Vera Lúcia Ferreira Vargas, em *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção* buscou demonstrar a reconstrução do território Terena, depois da Guerra contra o Paraguai em meados do século XIX. Para ela, nesse momento, acentuou-se a desterritorialização, com o início da formação das fazendas e a necessidade do Governo em se apossar das terras indígenas, para dar continuidade ao plano de desenvolvimento econômico e político: “Diante desse contexto, a sociedade Terena passou a interagir com essa política governamental, por meio de sua participação naquela referida guerra, prestando serviços para as autoridades, propondo-se a civilizar outras etnias, fato que se tornou um mecanismo de provocação do seu processo de territorialização, o que resultou, no início do século XX, na formação das suas Reservas Indígenas, ou seja, as suas terras indígenas atuais. No entanto, mesmo os índios Terena tendo se estabelecido dentro dessas reservas, suas reivindicações continuaram, pois as terras que foram demarcadas para a sua posse não foram legalizadas no ato de sua demarcação. Situação que se estendeu até o final do SPI – Serviço de Proteção aos Índios – criado em 1910 e extinto em 1967, sem, no entanto, ter legalizado, algumas das terras dos Terena.” Vera Lúcia Ferreira Vargas, *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*, Dissertação (mestrado em História), UFMS/Dourados, 2003, p. 09.

<sup>44</sup> O autor procurou demonstrar em seu trabalho a importância da vida espiritual para a comunidade Kayowá, que segundo este, dava sustentação a sua cultura e da (suas) condições de sobrevivência na atualidade. Nas palavras do autor: “... a construção do mundo espiritual mítico do Kayowá é indubitavelmente o alicerce dessas comunidades, que se relacionam em seu cotidiano, vivendo o mundo espiritual de forma intensa. Através desse mundo espiritual, podemos

ças indígenas, foi o estudo de Noemia dos Santos Pereira Moura.<sup>45</sup>

Com a preocupação de analisar a cultura, a arte e as permanências culturais de grupos indígenas foram as dissertações de Lelian Chalub Amin Paschoalick e Adilson Manfrin.<sup>46</sup> As disserta-

---

observar o espaço onde a condição humana é abandonada, para que possam realizar o seu modo de ser ñanderekó. Nesse sentido, a comunicação entre o indivíduo e suas divindades é, para o Kayowá, um aspecto fundamental, por representar o único modo de adquirir qualquer forma de conhecimento sobre os universos sociais, sobrenaturais e os fenômenos que os envolvem. Com esses aspectos fundamentais, os Kayowá passaram a ser dotados de uma porção divina, concebida no início de sua existência, e que poderá auxiliá-los na superação de sua parcialidade humana. Os Kayowá predestinam-se a viver no mundo puro, visto que, de uma maneira ou de outra, a passagem pela terra é temporária e aqueles preocupados em manter a tradição conquistam o acesso ao Yrovaigwá, destacando que a vida espiritual está alicerçada na produção de seu imaginário mítico” Fábio Henrique Cardoso Leite, *O Kayowá de Dourados: sua vida espiritual num contexto histórico*, Dissertação (mestrado em História), UFMS/Dourados, 2003, p. 09.

<sup>45</sup> Fez uma análise da presença da UNIEDAS (União das Igrejas Evangélicas da América do Sul) na Aldeia Terena. Nas palavras da autora: “entre as décadas de 70 e 90 do século XX, os Terena “crentes” apropriaram-se da Missão protestante UNIEDAS [...] enquanto instrumento político-religioso de inclusão e ascensão social na sociedade brasileira. Primeiramente, nacionalizaram o protestantismo, depois se apropriaram do discurso religioso e por último apossaram-se da estrutura da Missão nacional. E ao longo desse processo as lideranças “crentes” projetaram-se em diversos espaços sociopolíticos da sociedade envolvente, demonstrando serem criadores de alternativas/respostas como os demais atores sociais.” Noemia dos Santos Pereira Moura, *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*, Dissertação (mestrado em História), UFMS/Dourados, 2002, p. 11.

<sup>46</sup> Lelian Chalub analisou as mudanças no modo de ser tradicional dos Kaiowá, partindo das produções artísticas dessa reserva. Para isso, a autora valeu-se, metodologicamente, da história oral, de referenciais bibliográficos e documentais. Para ela “a realização de pesquisa de campo com os índios Kaiowá, por intermédio da História Oral, contribuiu com dados e informações que possibilitaram indagar sobre as causas e os processos de mudanças que interferiram na produção dos seus artefatos.” Lelian Chalub Amin Paschoalick, *A arte dos índios Kaiowá da reserva indígena de Dourados-MS: transformações e permanências, uma expressão de identidade e afirmação étnica*, Dissertação (mestrado em História), UFMS/Dourados, 2001, p. 09. Ainda nas palavras da



ções de Astor Weber e de Neimar Machado de Souza buscaram analisar os choques culturais resultantes do contato com os colonizadores;<sup>47</sup> a de Renata Giroto estudou o movimento dos

---

autora: “as produções artísticas constituem um suporte da memória, pela qual pode-se identificar qualquer intercorrência que tenha afetado culturalmente o grupo. A pesquisa buscou demonstrar as transformações e as permanências da arte do índio Kaiowá [...] sob os aspectos histórico e cultural, depois do confinamento em reserva. Os dados foram relacionados, analisados e registrados por meio de fotografias...” Lelian Chalub Amin Paschoalick, Op. cit., 2001, p. 09. Já Adilson Manfrin, ao estudar as permanências culturais dos Guaranis no contato com os jesuítas, que culminaram na criação da redução (denominada de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó), no período de 1610 a 1631 (no atual município de Itaguajé), na região norte do Estado do Paraná. Para o autor seu estudo: “... rompe com a tradição do xamã não-índio. Não é mais uma crítica à tradição oral, mas, em certo sentido, à tradição escrita e ao manto imposto pelo racismo epistemológico, ou seja, à historiografia que tradicionalmente negou a presença indígena na versão acadêmica da formação das sociedades que constituem a América do Sul, especialmente o Brasil. Não é uma rejeição radical dos textos escritos porque deles se serve como fonte, recorrendo, também, às evidências arqueológicas. Mas os textos não foram tomados como prova do que aconteceu verdadeiramente no passado. Eles forneceram as palavras por meio das quais fizemos uma incursão pelo mundo Guarani, pelas suas formas de relacionar-se com o mundo à sua volta, o qual chamamos de tekohá. Os textos nos apresentam as narrativas Guarani que sobreviveram ao contato com o não-índio, sendo evidências incontestáveis da continuidade e da auto-afirmação da cultura Guarani. Demonstramos as permanências culturais do Guarani no contato com os jesuítas, que culminaram no desenvolvimento e no caso da redução denominada de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó, no período de 1610 a 1631. Localizava-se, essa redução, no atual município de Itaguajé, na região norte do Estado do Paraná, Brasil.” Adilson Manfrin, *Loreto (1610-1631): Guyraypoty do Pirapó*, Dissertação de mestrado em História, UFMS/Dourados, 2003, p. 10.

<sup>47</sup> Astor Weber tratou de como se processou o encontro e confronto dos luso-brasileiros, com os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru, na Capitania de Mato Grosso, fazendo grande retomada histórica desse importante grupo. Com amparo metodológico na antropologia, o autor procurou “solucionar o problema em torno da denominação Guaicuru (que compreende a família de tronco lingüístico Guaicuru composta pelos Mbayá, Pilagá, Abipon, Mocovi, Toba e Paiaguá)”, uma vez que essa “denominação causou grande confusão histórica entre os vários autores dos relatos do período colonial. Os Mbayá autodenominavam-se Eyiguayegu”. Em seu estudo, o autor revela que

professores indígenas, com ênfase nas questões educacionais;<sup>□</sup> e a de José Carlos Ziliani, apesar de se lançar numa análise aberta (a formação da identidade de Mato Grosso do Sul, após a divisão do Estado em 1977, e uma possível crise identitária dos

---

esses índios, conhecidos como cavaleiros, tinham grande resistência: "... os espanhóis, no século XVI, foram os primeiros a se confrontar com os Eyiguayegui na região do Chaco e enviar expedições punitivas para acabar com o grupo. Durante o século XVII, continuaram os conflitos, porém os Eyiguayegui não aceitavam que intrusos tramitassem em seus territórios. Devido a essa pressão espanhola e de outros grupos indígenas, os Guaicuru do sul acabaram se fundindo aos Mbayá do norte, que se autodenominavam Eyiguayegui. No século XVIII, o grupo começou a habitar ambas as margens do rio Paraguai e, mais tarde, passou a habitar definitivamente a região dos pantanais, Sul da Capitania de Mato Grosso. No século XVII, devido à adoção do cavalo e suas táticas apropriadas de guerra começaram a se tornar imbatíveis. No século XVIII, com a descoberta do ouro em Cuiabá (1719), os Eyiguayegui passaram a se tornar um obstáculo para as pretensões de riqueza da Coroa portuguesa. Várias expedições punitivas foram mandadas para combater o grupo. Porém, essas expedições eram ineficazes e o grupo continuava a "investir" contra os moradores da região. O governo precisava mudar de estratégia. Em vez de obstáculo, o governo colonial começou a ver nesse índio, a partir de 1750, a possibilidade dele se tornar à barreira, a muralha, a fronteira viva, os guardiões da fronteira Sul da Capitania de Mato Grosso. A aliança com o grupo foi "consolidada" no Tratado de Paz em 1791. Com a aliança, o governo estava acabando com o problema Guaicuru e criando soldados na fronteira." Astor Weber, *Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru: encontros e confrontos com os luso-brasileiros na Capitania de Mato Grosso*, Dissertação de mestrado em História, UFMS/Dourados, 2002, p.10. Por outro lado, Neimar Machado de Souza analisou a história da Redução de Nuestra Señora de la Fé do Itatim, fundada em 1631 no alto do rio Paraguai. Neimar Souza utilizou como fonte as cartas anuais de jesuítas que atuaram na região de Itatim. Seu trabalho propunha: "... trazer à luz uma situação de contato intercultural, em que temos de um lado, a dominação do sistema espanhol, a pressão das incursões escravistas dos bandeirantes e a introdução de novos valores por parte dos jesuítas e, de outro, a resistência do Guarani frente a um modelo imposto pelo colonialismo luso-espanhol." Neimar Machado de Souza, *A Redução de Nuestra Señora de la Fé do Itatim: entre a cruz e a espada*, Dissertação de mestrado em História, UFMS/Dourados, 2002, p. 11. A ideia central que perpassa a pesquisa é de que os Guarani não foram simples vítimas do colonialismo, uma vez que implementaram formas de resistência cultural, religiosa e até mesmo física.

sul-mato-grossenses), discutiu a questão indígena, como se pode observar neste fragmento:

A questão Guaicurus é apresentada e discutida, na medida em que se adotou o nome como gentílico do povo sul-mato-grossense e, transformou-se em símbolo de referência para grupos, publicações, movimento cultural e como âncora para uma pretensa genealogia para os naturais da terra. Na mesma direção são selecionados como objetos de análise alguns ícones das artes plásticas e da música, eleitos como símbolos para a representação da identidade regional.□

Ainda que os enfoques e a forma como foi abordada a questão indígena tenha certa peculiaridade entre as dissertações, verificaram-se muitos pontos em comum, dos quais passamos a discutir. Para ordenar melhor a exposição dividimos a análise nos seguintes pontos: a) o recorte do objeto; b) a periodização; c) as fontes utilizadas; d) os procedimentos metodológicos e as abordagens do tema; e) e o uso dos conceitos.

O recorte do objeto, em todas as pesquisas, levou em consideração a divisão das fronteiras entre Estados e países, e a sua organização ao longo do tempo. Assim, a abrangência geográfica, embora perpassasse pelo Paraguai, e os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, os trabalhos acabavam, na maioria das vezes, se concentrando no Estado de Mato Grosso do Sul, e dando ênfase a certas regiões, por concentrarem ao longo do tempo os grupos: Terena, Guaraní-Kaiowá e Kaiowá. Das 15 dissertações, 13 abrangeram partes, ou o estado de Mato Grosso do Sul como um todo, 1 analisou os choques causados pela colonização no século XVI e XVII, entre as divisas do que seriam o Paraguai e o estado de Mato Grosso do Sul, e 1 pesquisou comunidades indígenas do estado do Paraná. A justificativa, muitas vezes, oferecida nas dissertações para tal direcionamento era o da movimentação e atual localização dos diferentes agrupamentos indígenas pelo Estado.

A periodização das pesquisas, embora diversas, indo das relações entre o colonizador e as populações nativas, a partir do

século XVI, até os contatos estabelecidos entre 'índios' e 'não índios' no período contemporâneo, estas levavam em consideração, principalmente, as seguintes questões: a) a Guerra do Paraguai (1865-1870), que teria dado importância ao território que formaria o futuro Estado de Mato Grosso do Sul, já no período imperial, e nele se vislumbrava o grande número de indígenas localizados naquela região; b) o primeiro governo de Getúlio Vargas (como presidente da república entre 1930 e 1945), no qual houve políticas voltadas para a ocupação daquele território, e de organização daqueles povos indígenas em aldeamentos (num processo que havia sido iniciado nas primeiras décadas do século XX); c) e o período do Regime Militar (1964-1985), no qual houve a separação do antigo Estado Mato Grosso, nos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ocorrido em 1977. □

Com isso, a organização da documentação remanescente de outros períodos, em arquivos no Mato Grosso do Sul, ainda é um processo muito recente, dependendo da pesquisa histórica, produzida neste Estado, segundo Cimó Queiroz, "em grande medida, do Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, bem como dos arquivos localizados nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo". □ O que implicou num problema em comum nas pesquisas, para o levantamento, organização e interpretação das fontes. Sobre isso diz Vera Lúcia Ferreira Vargas:

O recorte temporal deste estudo, 1870-1966, justifica-se pela documentação encontrada no que se refere aos territórios indígenas e, principalmente, por ter sido este um tema pouco estudado, tornou-se necessário compreender a disputa territorial no pós-guerra [do Paraguai], que, por sua vez, implicava diretamente na política indigenista do século XIX. E a sociedade Terena passou a interagir com essa política, resultando na elaboração de suas reservas no início do século XX que, no entanto, só foram ser reconhecidas oficialmente pelo Estado em meados desse mesmo século. Para compreender esses fatores e pontuar as ações da sociedade Terena, por meio dos documentos da Diretoria Geral dos Índios assim como do Serviço de Proteção aos Índios [SPI] e Localização dos

Trabalhadores Nacionais – SPILTN – tornou-se necessário estudar a questão territorial desde o fim da Guerra contra o Paraguai (1870) até o final do SPI (1966), órgão que iniciou as [...] demarcações das terras indígenas da região. □

Para Giovani José da Silva na “elaboração desta dissertação, o trabalho inicial com as fontes documentais, cartográficas e bibliográficas consistiu em realizar uma síntese histórica a respeito dos indígenas Kadiwéu, preocupando-me, sobretudo, com os relatos de viajantes, antropólogos e etnólogos que conviveram com o grupo entre o final do século XIX e o século XX. □

Essas constatações tornam fundamental observar como as pesquisas organizaram seus procedimentos metodológicos e abordaram o tema. Ao levantarmos as etnias pesquisadas nas dissertações verificamos que: 3 estudaram os Kaiowá (das aldeias de Dourados), 3 os Terena (com ênfase para os da cidade de Aquidauana), 2 os Guarani, 2 os Guarani/Kaiowá, 1 os Ofaié (ditos ‘Chavantes’), 1 os Kadiwéu (os Kinikinau e os Terena), 1 os Bororó, 1 os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru e 1 os Guaicuru. Portanto, 10 dos 15 trabalhos se detiveram entre os Kaiowá, os Terena e os Guarani/Kaiowá, que perfazem os maiores grupos étnicos no Estado. Mas nem por isso outros grupos foram deixados de lado.

Na realização de seus trabalhos, basicamente apoiaram-se na História Oral, e num diálogo intenso entre História e Antropologia. Primeiro, porque a história oral permitiria que os próprios grupos étnicos se colocassem como sujeitos históricos e contassem a sua própria história, e depois, pela própria escassez de fontes (escritas ou iconográficas) para alguns grupos e etnias. Segundo, porque o diálogo entre História e Antropologia, corresponderia à maneira como estavam utilizando o termo ‘cultura’, de modo a abranger os diferentes grupos e as suas representações.

Ao se utilizarem da História Oral (num total de 7 trabalhos), pautavam-se basicamente nos seguintes autores: Paul Thompson (*A voz do passado*), Maurice Halbwachs (*A memória coletiva*), Jacques Le Goff (*História e memória*), José Carlos Sebe Bom

Meihy (*Canto da morte Kaiowá*) e Márcia D'Aléssio (*Reflexões sobre o saber histórico*). Para Lelian Paschoalick a

realização de pesquisa de campo com os índios Kaiowá, por intermédio da História Oral [temática], contribuiu com dados e informações que possibilitaram indagar sobre as causas e os processos de mudanças que interferiram na produção dos seus artefatos.<sup>48</sup>

De acordo com Noemia dos Santos Moura, “repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram, ou pouco [...] registraram [...] seu passado através da escrita”<sup>48</sup> é um dos desafios a serem superados pelos historiadores das questões indígenas, que buscam por meio da história oral de vida, reconstituir parte daquele passado.

Ao discutirem as relações entre História e Antropologia, pautavam-se fundamentalmente: nos historiadores, Robert Darnton (*O grande massacre de gatos*), Carlo Ginzburg (*Mitos, emblemas e sinais*), E. P. Thompson (*Costumes em comum*), Roger Chartier (*A história cultural*) e Peter Burke (*A escrita da história*), e nos antropólogos, Claude Lévi-Strauss (*O pensamento selvagem, Antropologia estrutural*), Clifford Geertz (*A interpretação das culturas, Nova luz sobre a antropologia*), Marshall Sahlins (*Sociedades tribais, Ilhas de história, Cultura e razão prática*), Homi Bhabha (*O local da cultura*), Egon Schaden (*Aculturação indígena, Leituras de etnologia brasileira*) e Darcy Ribeiro (*Os índios e a civilização, O povo brasileiro*). Quanto a esse aspecto diz Noemia dos Santos Moura:

Esse diálogo, entre História e Antropologia, torna-se imprescindível devido ao fato de que, até a primeira metade do século XX, a historiografia, ao considerar os povos indígenas como ‘sem história’, negou-lhes o estatuto de sujeitos históricos [...] só muito recentemente a temática indígena passou a ser objeto das preocupações historiográficas. Como essa temática sempre foi objeto de preocupações antropológicas, explica-se a necessidade do diálogo e da aproximação entre ambas as áreas.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> MOURA, Noemia dos Santos Pereira, *Op. cit.*, 2001, p. 14.

E a esse raciocínio, Geovani José da Silva acrescenta:

O entrecruzamento dessas informações caracteriza a proposta da linha de pesquisa *História Indígena* que estabelece um contato entre a História e a Antropologia e que tem como ponto de partida a noção de história etnográfica desenvolvida, entre outros, pelo historiador [...] Robert Darnton. Diante disso, verifica-se a necessidade de se tentar refletir não apenas sobre o que as pessoas pensavam, mas, também, como elas pensavam. [...] A linha de pesquisa História Indígena [...] privilegia os estudos sobre a história das populações indígenas antes, durante e pós-contato com as sociedades européias e ibero-americanas, enfatizando, dentro da ótica da diversidade e da dinâmica culturais, as diferentes historicidades em termos espaço-temporais. Esses estudos, portanto, são direcionados pela perspectiva das indissociáveis práticas culturais, ecológicas, socioeconômicas e políticas que marcam a trajetória dessas populações ao longo de sua história no espaço regional. Assim, é importante que não se perca a noção de universalidade da história humana e as transformações advindas do processo de conquista e colonização ibero-americanas.<sup>49</sup>

Portanto, o uso de tais procedimentos e abordagens, acarretou também a utilização de conceitos específicos. Desde já, surpreende o fato de quase todos os trabalhos não terem a preocupação de indicarem o que estariam entendendo pela palavra 'índio', como se a citação do termo automaticamente revelasse o seu significado. Sobre isso, nos diz Neimar Machado de Souza, que

neste trabalho, quando for utilizada a palavra índio, o autor entende todo aquele indivíduo que assim se identifica, que é reconhecido pelos membros de sua comunidade como um de seus elementos e que mantém vínculos históricos com populações pré-colombianas.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> SILVA, Geovani José da, *Op. cit.*, 2004, p. 16-7.

<sup>50</sup> SOUZA, Neimar Machado de, *Op. cit.*, 2002, p. 3, nota 4.

Por outro lado, é quanto a esse aspecto conceitual que se revela os vínculos dessas pesquisas com a Antropologia, a Sociologia e a Etnologia, por terem em pauta os seguintes conceitos: 'cultura' (Geertz, Lévi-Strauss, Homi Bhabha), 'descrição densa' (Geertz), 'teia de significados' (Geertz), 'estrutura' (Lévi-Strauss, Sahlins), 'práticas e representações' (Chartier), 'memória' (Halbwachs), 'mito' (M. Eliade), 'campo' e '*habitus*' (P. Bourdieu). Quanto a isso, diz Astor Weber:

Para o historiador, trabalhar com a questão indígena, devido ao contato recente que ele possui com o tema, deve buscar recursos conceituais em outras áreas da ciência. Como afirmou [o historiador português José] Mattoso [em sua obra *A escrita da história: teoria e métodos*, de 1988], *noções conceituais fornecidas por outras ciências* têm sido, muitas vezes, mais úteis nas suas investigações do que modelos propostos por historiadores. Busquei os recursos conceituais da antropologia, que se tornaram indispensáveis para realizar essa investigação histórica...<sup>51</sup>

A partir dos dados analisados, pode-se observar que não só houve um crescimento na quantidade de defesas em *História Indígena*, como foi constatado acima, mas também uma variedade de abordagens e procedimentos em comum dentro dessa linha de pesquisa, em função das escolhas teóricas e metodológicas, das fontes utilizadas e dos recortes espaço e temporais das dissertações.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> WEBER, Astor, *Op. cit.*, 2002, p. 13.

<sup>52</sup> Muito embora o número de orientações apontadas no gráfico 3 registre o aumento de trabalhos defendidos, uma análise primordial a ser efetuada é a de se verificar se o aumento de defesas também convergiu com o aumento de trabalhos que se inspiravam nos problemas, objetos, abordagens e conceitos da 'Nova História Cultural'. Assim como Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra, ao estudarem a apropriação da leitura de obras e autores da 'Nova História Cultural' e a forma como eram citados em dissertações e teses, produzidas entre 1985 e 1994, com base em como a questão da 'representação política' foi apropriada por àquela produção



## Considerações Finais

De acordo com a análise empreendida no decorrer deste trabalho, podemos destacar quatro pontos fundamentais: 1 – por ter sido o primeiro Programa de Mestrado em História criado no Estado, em 1999, a maioria dos ingressantes foi do sexo masculino e a idade média de ingresso alta, em parte, porque uma parcela da população provém de outros lugares do país; 2 – não foi apenas na linha de *História Indígena* do programa que foram produzidas pesquisas sobre a História Indígena (especialmente, a do Estado); 3 – ainda que sejam visíveis os avanços nesse campo de estudo após a criação do programa, e que sejam nítidas a qualidade dos textos produzidos, os estudos sobre a História Indígena, além de concentrarem seu enfoque basicamente no Estado de Mato Grosso do Sul, são poucos os estudos que mantêm diálogo constante com outros programas de pós-graduação;

---

historiográfica brasileira, verificou-se que para o caso das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFMS houve um movimento similar, no uso de abordagens, na escolha de problemas e objetos, na definição conceitual, e, principalmente, no número de autores citados, diretamente vinculados ao movimento da 'Nova História Cultural'. Cf. Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra "Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira". In: Ciro Flamarion CARDOSO (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 227-267. Da mesma forma como foi apontado acima, os principais autores citados foram: Roger Chartier, Jacques Le Goff, Michel Vovelle, Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Claude Lévi-Strauss, Clifford Geertz, Marshall Sahlins e Homi Bhabha, e em menor proporção, Paul Thompson e Norberto Bobbio, convergindo assim com as indicações do estudo de Capelato e Dutra. De fato, segundo Peter Burke "cada vez mais as questões culturais são apresentadas como explicações para mudanças no mundo político, como revoluções, formação dos Estados", quanto nas análises de crises econômicas ou sociais. Portanto, de "30 anos para cá, ocorreu um deslocamento gradual no uso do termo pelos historiadores. Antes empregado para se referir à alta cultura, ele agora inclui também a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modos de vida. Em outras palavras, os historiadores se aproximaram da visão de cultura dos antropólogos". Cf. BURKE Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 47-48.

4 – nas pesquisas feitas sobre o Estado, ainda que se considere o fato de parte dos trabalhos percorrerem diferentes momentos históricos (do início da colonização até o século XX), constatou-se que nem todas as comunidades indígenas foram estudadas, seja pela distância, pela dificuldade de acesso àquelas populações, seja ainda em função do tamanho do grupo e das aldeias.

Nesse sentido, vimos como o campo de pesquisa em *História Indígena*, ao longo dos seis primeiros anos de existência do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, atual UFGD) foi se consolidando, entre 1999 e 2004: no número de projetos, dissertações defendidas e disciplinas oferecidas nesta área, demonstrando a importância dos estudos indígenas neste programa e na História de Mato Grosso do Sul.

No entanto, pode-se notar também que uma parte das pesquisas estiveram concentradas na região da grande Dourados (tal como se verifica no anexo 4), o que indica o quanto ainda está por ser feito. O número de grupos étnicos e aldeias pouco, ou nada pesquisadas, ainda é significativo (a exemplo de cidades como Amambai, na qual um terço de sua população é 'autodeclarada' indígena, e nela há três aldeias). Por outro lado, observa-se que embora o número de programas de pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado, independentemente da área do conhecimento, contemplem hoje todos os Estados do país, o diálogo entre eles e a divulgação de suas pesquisas ainda é bastante incipiente. Por exemplo, um maior contato e intercâmbio com os programas do Norte e Nordeste do país, onde está concentrada (também) parte significativa da produção sobre os grupos étnicos e as aldeias indígenas, localizadas naquelas regiões, proporcionariam um avanço considerável nas discussões e pesquisas do Programa de Mestrado em História da UFMS.<sup>53</sup> Outro fato mar-

---

<sup>53</sup> Tome-se como exemplo os artigos de: GOMES, Flávio. "Indígenas, mocambeiros e identidades transétnicas nas florestas do Brasil-Guiana Holandesa, séc. XIX-XX. *Revista Estudos de História*. Franca, v. 10, n. 2, 2003, p. 11-42; OLIVEIRA, Mauro Leonardo da Costa de. "Condição indígena na Amazônia colonial", *Revista Estudos de História*. Franca, v. 10, n. 2, 2003, p. 107-130.

cante é que praticamente não houve intercâmbio nem de alunos, nem de discussões, entre a UFMS e a UFGD, com a UFMT, uma vez que o Estado de Mato Grosso (onde está localizada aquela universidade federal, que também produz várias pesquisas sobre a História Indígena) concentra ainda a terceira maior população indígena do país, segundo estimativas de 1998 descritas acima.

Portanto, diante do que foi estudado nesta pesquisa, pode-se observar avanços significativos na 'escrita da história' no Estado de Mato Grosso do Sul, nos últimos decênios, em especial para a História Indígena, em função da criação do Programa de Mestrado em História da UFMS (atual UFGD), mas há ainda um 'imenso manancial' histórico a ser conhecido e estudado. As pesquisas avançaram sobre a análise de certas etnias: Kaiowá (das aldeias de Dourados), os Terena (com ênfase para os da cidade de Aquidauana), os Guarani e os Guarani/Kaiowá. Mas em menor proporção para: os Ofaié (ditos 'Chavantes'), os Kadiwéu, os Kinikinau, os Bororó e os Guaicuru. Elas contribuíram para se verificar porque algumas etnias se tornaram mais adaptadas que outras (como no caso dos Terena, e de seu ingresso nas cidades, na economia e na política), como houve a política de aldeamento no Estado, de que maneira o território foi sendo ocupado, a partir do final do século XIX, e quais as relações que foram estabelecidas entre 'índios' e 'brancos' no campo e nas cidades.

ANEXO 1 – Distribuição de alunos segundo origem, sexo, graduação e ingresso no programa de pós-graduação em História da UFMS/Dourados.

NOME	ORIGEM	SEXO	GRADUAÇÃO	PERÍODO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO/ UFMS
1) Renata L. Giratto	Lutécia/SP	F	História/UFMS/ Dourados	1987-1992	História	1999/2001
2) Joana Prado Medeiros	Dourados	F	História/UFMS/ Dourados	1988-1993	História	1999/2001

3) José de C. Souza	Celina/ES	M	Filosofia/FFNM/SP	1972-1975		1999/2001
4) Noemia S. P. Moura	Aquidauna/MS	F	História/UFMS/Aquidauana	1987-1990	História	1999/2001
5) Luzia Araújo Figueiredo	----- -----	F	História/UFMS-Dourados	1991-1995	História	1999/2001
6) Ana Paula Squinello	Ivinhema/MS	F	História/UCDB	1992-1996	História	1999/2001
7) Aroldo Careaga	Caarapó/MS	M	História/UFMS/Dourados	1993-1997	História	1999-2001
8) José Carlos Ziliani	----- -----	M	História UCDB	1979-1982	-----	1999/2000
9) Lelian C. Amin Paschoalick,	-----	F	-----	-----	-----	1999/2001
10) Alexandre Panoso Neto	Frederico Westphlem/RS	M	Filosofia /UCDB Turismo/UCDB	1992-1994 1995-1998	História	1999/2001
11) Edna M. Inagaki	Pacaembu/SP	F	História/FUCMT	1972-1975	História	2000/2002
12) Maria Tereza G. Dourado.	Rio de Janeiro/RJ	F	Farmácia Bioquímica/UEMAT História/UFMS/Dourados	1970-1974 1984-1989	História	2000/2002
13) Manoel Pacheco Neto	São Simão/SP	M	Educação Física/UNIMED/SP	1987-1992	Pedagogia	2000/2002
14) Walter L. Betoni	Itaporã/MS	M	História/UFMS/Dourados	1986-1990	Pedagogia História	2000/2002

15) Astor Weber	Mal.Can. Rondon/PR	M	História/UNIOESTE/Paraná	1995-1998		2000/2002
16) Neimar Machado S.	Amambai/MS	M	Filosofia/UCDB	1995-1997		2000/2002
17) Sérgio Alvarez da Silva	-----	M	História/UEM	1986-1990	História UEM	2000/2002
18) Cláudio Alves Teixeira	-----	M	-----	-----	-----	2000/2002
19) Iara Q. de Castro	Aquidauna/MS	F	Estudos Sociais/UFMS História UFMS/Aquidauna	1972-1977 1978-1980	História	2000/2002
20) Suzana Arakari	Campo Grande/MS	F	Direito/UNIGRAN História/UFMS/Dourados	1987-1992 1999-2002		2001/2003
21) Jocimar Lomba	Japurá/PR	M	História/UFMS/Dourados	1996-1999		2001/2003
22) Adilson Manfrim	Santo Antônio do Sudoeste/PR	M	História Unioeste/PR	1993-1996		2001/2003
23) Pedro Antônio Agostinho	-----	M	-----	-----	-----	2001/2003
24) Govani L. Romani	São José do Cedro/SC	M	Filosofia/FEB/SC	1991-1994	História	2001/2003
25) Ciro José Toaldo	Capinzal/SC	M	História/UNIOESC/SC	1988-1991	Pedagogia	2001/2003
26) Vera L. Vargas	Aquidauna/MS	F	História/UFMS/Aquidauna	1994-1997	Educação Ambiental	2001/2003

27) Paulo Roberto M. Pereira	Campo Grande-MS	M	História/UCDB Estudos Sociais/ UFMS	1976-1981 1977- 1979	História	2001/2003
28) Paulo Roberto Rigotti	Dourados/MS	M	Arqueologia/UNESA	1982-1986	História	2001/2003
29) Simone A. Girão	Três Lagoas/ MS	F	História/UFMS/Três Lagoas	1996-1999		2001/2003
30) Adilson Crepalde	Flórida Paulista/SP	M	Letras/FFC/SP Tradutor e Interpre- te/UNIBERO	1983-1986 1989-1993	Pedagogia	2002/2004
31) Wadson L. Corrêa	Corumbá/MS	M	História/UFMS	1993-1996	História	2002/2004
32) Laércio C. de Jesus	Dourados/MS	M	História/UFMS/ Dourados	1992-1995		2002/2004
33) Carlos Alberto Dutra	Cacequi/RS	M	Méd. Vet./UFPE Teologia PUC/RS Direito/UFMS/Três Lagos	1977-1981 1982-1985 1997-2000	História	2002/2004
34) Léia T. Lacerda	Chap. dos Guimarães/ MT	F	Psicologia/UCDB	1990-1995	História Psicologia (mes- trado)	2002/2004
35) Fábio Henrique C. Leite	Lins/SP	M	Filosofia/FSL/Lore- na/SP	1993-1996	Pedagogia	2002/2004
36) Marco L. de Amorim	----- -----	M	-----	-----	-----	2002/2004

37) Odila S. Lange	----- -----	F	Estudos Sociais UPF Ciências Jurídicas e Sociais UPF	1972-1975 1974-1979		2002/2004
38) Mário Teixeira Sá Junior	Rio de Janeiro/RJ	M	História/UFF	1987-1991		2002/2004
39) Giovani José da Silva	São Paulo/SP	M	História/UFMS/Aquidauana	1991-1995		2002/2004
40) José Roberto	Pirotutanga/MS	M	História/UFMS/Aquidauana	1993-1996	História	2002/2004
41) Sandra Nara Novais	Corumbá/MS	F	História/UFMS/Aquidauana	1996-1999		2002/2004
42) Rosely Ap. S. Pacheco	-----	F	-----	-----	-----	2002/2004

Fonte: Ficha de matrícula de alunos e dissertações de mestrado armazenadas no arquivo e na biblioteca do PPGH/UFMG; Currículos *vitae*, armazenados na plataforma Lattes/CNPq; OLVEIRA, Jorge Eremites de. Dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-graduação em História do campus de Dourados da UFMS (2000-2004). *Fronteiras. Revista de História*, Campo Grande, v. 8, n. 15, p. 145-182, 2004.

ANEXO 2: População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio segundo as Grandes Regiões – Brasil – 1991 – 2000.

Grandes Regiões	População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		1991	Rural	
	1991	2000	1991	2000		2000	Específico
Brasil	294.131	734.127	71.026	383.298	223.105	350.829	304.324
Norte	124.615	213.443	11.960	46.304	112.655	167.140	162.056
Nordeste	55.853	170.389	15.988	105.728	39.865	64.661	42.838
Sudeste	30.589	161.189	25.110	140.644	5.479	20.544	10.471
Sul	30.334	84.747	10.167	52.247	20.166	32.500	26.402
Centro-Oeste	52.740	104.360	7.800	38.375	44.940	65.985	62.557
Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Norte	42.4	29.1	16.8	12.1	50.5	47.6	53.3
Nordeste	19.0	23.2	22.5	27.6	17.9	18.4	14.1
Sudeste	10.4	22.0	35.4	36.7	2.5	5.9	3.4
Sul	10.3	11.5	14.3	13.6	9.0	9.3	8.7
Centro-Oeste	17.9	14.2	11.0	10.0	20.1	18.8	20.6

Fonte: IBGE, Censo Demográficos de 1991 e 2000. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/indigenas/tab1\\_27pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/indigenas/tab1_27pdf). Acesso em: 12 ago. 2007.



ANEXO 3: Distribuição de comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, segundo Grupo e Município.

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Água Limpa	Terena	Rochedo
Aldeia Campestre	Guarani Kaiowá	Antônio João
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	Amambaí
Aldeinha	Terena	Anastácio
Amambaí	Guarani Kaiowá	Amambaí
Arroio Cora	Guarani Kaiowá	Paranhos
Buriti	Terena	Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia
Buritinho	Guarani Kaiowá	Sidrolândia
Caarapó	Guarani Nhandeva e Kaiowá	Caarapó
Cachoeirinha	Terena	Miranda
Cerrito	Guarani Nhandeva	Eldorado
Cerro Marangatu	Guarani Kaiowá	Antônio João
Dourados	Terena, Guarani Kaiowá, Nhandeva	Dourados
Guaimbé	Guarani Kaiowá	Ponta Porã
Guasuti	Guarani Kaiowá	Aral Moreira
Guato	Guato	Corumbá
Gua-y-viri	Kaiowá	Ponta Porã
Guiraroka	Kaiowá	Caarapó

Jaguapire	Guarani Kaiowá	Tacuru
Jaguari	Guarani Kaiowá	Amambaí
Jarara	Guarani Kaiowá	Juti
Kadiweu	Kadiweu, Kinikinawa e Terena	Porto Murtinho
Kamba	Kamba	Corumbá
Km 20/Barrero Guasu	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã
Kokue-i	Kaiowá	Ponta Porã
Lalima	Terena e Kinikinao	Miranda
Lima Campo	Guarani Kaiowá	Ponta Porã
Limão Verde	Terena	Aquidauana
Nioaque	Terena	Nioaque
N. S. de Fátima	Terena	Miranda
Ofaye Xavante	Ofaye-Xavante	Brasilândia
Panambi	Guarani Kaiowá	Douradina
Panambzinho	Guarani Kaiowá	Dourados
Pilad Rebuá	Terena	Miranda
Pirajuí	Guarani Nhandeva	Sete Quedas
Pirakua	Guarani Kaiowá	Bela Vista
Porto Lindo	Guarani Nhandeva	Novo Mundo
Potrero Guarú	Guarani Nhandeva	Paranhos

Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	Ponta Porã
Sassoro	Guarani Kaiowá	Tacuru
Sete Cerros	Guarani Kaiowá e Nhandeva	Coronel Sapucaia
Sombreiro	Guarani Nhandeva	Sete Quedas
Sucuriy	Guarani Kaiowá	Maracaju
Takuaraty / Yvykua- rusu	Guarani Kaiowá	Paranhos
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia
Taquara	Guarani Kaiowá	Juti
Taunay/Ipegue	Terena	Aquidauana
Urucuty	Kaiowá	Laguna Carapã

---

Fonte: Disponível em: <http://www.prms.mpf.gov.br/acessibilidade/prdc/indTribos.htm>. Acesso em: 10 ago. 2007.

